

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

PERSONAGENS E FAMÍLIAS NO TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA MINAS GERAIS, c. 1809 - c.1830

Fábio W. A. Pinheiro*

Notas Iniciais

Uma das principais características inerentes a estrutura econômico-social do mercado colonial brasileiro é a concentração. Não por acaso, esta característica se faz presente no tráfico de escravos entre a praça mercantil carioca e a capitania/província de Minas Gerais entre 1809 e 1830. Dito de outro modo, considerando o período de 1824 a 1830, os pequenos tropeiros que enviavam para Minas de um a dois cativos correspondiam a 49,8% das remessas, entretanto, controlavam apenas 9,5% dos escravos negociados. Enquanto isso, os viajantes que enviavam de 26 a 101 cativos representavam apenas 7% dos envios, mas por outro lado controlavam 42% do périplo entre o Rio de Janeiro e as Minas.¹

É neste sucinto cenário, portanto, que se insere o presente artigo, onde iremos analisar, num primeiro momento, os principais agentes responsáveis pela movimentação das engrenagens do tráfico de escravos para Minas Gerais. A partir de uma seleção, cujos critérios basearam-se nos indivíduos que enviaram mais de 20 escravos por mais de uma vez, colocaremos em foco importantes negociantes de grosso trato da praça mercantil carioca que se envolveram em grandes despachos para o território mineiro.

Num segundo instante, destacaremos algumas famílias importantes da Zona da Mata mineira que também se lançaram no tráfico de escravos. Esta região, entre 1809 e 1830, pertencia a Comarca do Rio das Mortes, que neste período se sobressaía como uma das mais ricas de Minas Gerais devido à agropecuária mercantil.² Além disso, a Zona da Mata é um território conhecido pelo pioneirismo da implantação do café em terras mineiras – principal produto na pauta de exportação do Brasil no século XIX – se tornando a principal produtora

* Mestre em História Social (PPGHIS-UFRJ). E-mail: pinheirohis@hotmail.com

¹ Para entender melhor os dados e a presente discussão veja PINHEIRO, Fábio W. A. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007, capítulo 3 (dissertação de mestrado inédita).

² Sobre a agropecuária mercantil do Rio das Mortes veja, por exemplo, LENHARO, Alcir As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842). 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. cit., e FLORENTINO, Manolo. Op. cit.

da província em meados do oitocentos.³ Mais do que isto, devemos salientar que a região da Mata mineira nos primeiros decênios do século XIX teve uma grande influência do tráfico de escravos no crescimento da sua população cativa, onde o africano do sexo masculino e em idade adulta obteve o maior incremento em relação à população crioula.⁴

Para a verificação das metas propostas, este trabalho irá se valer, fundamentalmente, dos códices 421 e 424 do Arquivo Nacional, onde é possível encontrar para a capitania/província de Minas Gerais os passaportes e despachos de escravos emitidos pela Intendência de Polícia da Corte na primeira metade do século XIX. Juntamente com os códices 390 e 425, esta documentação foi recentemente digitalizada para um banco de dados sob a organização do LIPHIS (Laboratório de Pesquisa em História Social) da UFRJ e do financiamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).⁵

Além da utilização deste fundo documental para fins quantitativos, iremos recolher também registros de ordem qualitativa. Nesse sentido, com o cruzamento de alguns nomes de proprietários da Zona da Mata mineira, coligidos de inventários *post-mortem*, com as informações dos tropeiros no momento dos despachos (nome, abonador, vendedor e etc.) e além de alguns dados arrolados em fontes secundárias, seguimos as trajetórias dos principais indivíduos envolvidos no trato de escravos para as Minas, tendo o nome como fio condutor.⁶ Entretanto, devemos ressaltar que se trata de um estudo limitado, e isto se explica por dois motivos: 1) pela restrição do nosso universo ao circuito mercantil entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais e 2) pela falta de documentos que permitissem realizar um cerco maior dos personagens escolhidos. Portanto, utilizando as palavras de João Fragoso, estaremos aqui desenvolvendo no máximo uma micro-história feia, tapuia, diferente da conhecida micro-história italiana.⁷

Creemos desta forma, que o presente estudo permitirá, ainda que hipoteticamente, uma compreensão acerca da característica estrutural do tráfico de escravos, qual seja: a concentração. Para além, poderemos observar mais de perto o quanto esta prática mercantil não era movida somente pela impessoalidade ou, em outras palavras, pela lei da oferta e da procura.

³ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

⁴ Para saber melhor sobre a Zona da Mata mineira e sua população escrava veja PINHEIRO, Fábio W. A. op. cit., capítulo 1.

⁵ Para saber melhor sobre os passaportes e despachos de escravos veja FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto Guedes. Op.cit., passim.

⁶ GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991.

⁷ FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, pp. 62-63.

Os personagens atuantes no tráfico de escravos para Minas Gerais

Para o estudo dos indivíduos envolvidos com trato mercantil de escravos realizamos um procedimento, cujo critério foi a identificação dos indivíduos que despacharam para Minas Gerais mais de 20 escravos numa única viagem e por mais de uma vez. Esta delimitação se justifica pelo fato de ser um número suficiente de cativos para a montagem de uma grande propriedade,⁸ o que nos permitiu, portanto, trabalhar somente com os proprietários detentores de alto pecúlio. Deve-se sublinhar que poucos tinham condições de adquirir uma quantidade substancial de mão-de-obra com uma determinada frequência, prova disso, é a quantidade restrita de indivíduos nos quais se encaixavam no perfil demarcado. Em meio a tantos tropeiros e comerciantes que se aventuraram no Rio de Janeiro somente 146 agentes se enquadravam nos nossos critérios.⁹

Não obstante, queremos salientar que as informações referentes aos sujeitos a serem citados foram cercados dentro de um universo limitado, qual seja: o tráfico de escravos para Minas Gerais entre 1809 e 1830. Deste modo, não estaremos aqui desenvolvendo uma análise ampla de trajetórias de comerciantes na praça mercantil carioca, e isto se explica por dois motivos: 1) é provável que estes proprietários estejam envolvidos em remessas menores de 20 escravos e em outros ramos mercantis, como, por exemplo, o abastecimento de produtos alimentícios para a Corte e 2) seria necessário disponibilizarmos um conjunto de fontes para que pudéssemos promover um cerco profundo no espaço percorrido por esses indivíduos.¹⁰ Dentro do possível realizamos um cruzamento com algumas informações pontuais de outras referências bibliográficas.

Tendo em conta estas considerações podemos, então, partir para o estudo dos homens mais proeminentes no mercado de escravos entre o Valongo e a província mineira. Para isso, dos 146 agentes arrolados, selecionamos os 10 maiores envolvidos neste trânsito, como podemos observar na tabela 1.

⁸ Para confirmar esta informação veja FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 29.

⁹ A listagem completa dos negociantes envolvidos nas grandes remessas para Minas Gerais pode ser visto em PINHEIRO, Fábio. Op. cit., pp. 160-163.

¹⁰ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., p. 61.

Tabela 1: Os dez maiores negociadores do tráfico de escravos para Minas Gerais (com remessas acima de 20 cativos), 1809-1830

Nome	Número de escravos negociados
José Francisco de Mesquita	1453
José Antônio Moreira	1185
Joaquim Antônio Ferreira	1050
José Fernandes de Oliveira Pena	783
Francisco Xavier Dias da Fonseca	455
Antônio José Moreira Pinto	447
Marcelino José Ferreira Armond	337
Antônio Joaquim de Oliveira Pena	307
Bernardo José Ferreira Rabelo	306
José Lourenço Dias	305

Fonte: Códice 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA)

Devemos ressaltar que no número de escravos negociados não incluímos somente os indivíduos que eram despachantes, mas também quando os mesmos atuavam como abonador ou vendedor de outros despachantes de cativos para Minas.

Nesse sentido, José Francisco de Mesquita, José Antônio Moreira e Joaquim Antônio Ferreira se destacam, entre os selecionados, como os mais influentes no circuito mercantil entre Minas Gerais e a praça mercantil carioca nos anos de 1809 a 1830, sobretudo, na década de 1820. Entre despachar, abonar e vender ao longo deste período, estes agentes negociou, respectivamente 1453, 1185 e 1050 escravos para Minas Gerais.

Neste pequeno grupo, nos chama atenção também a grande diferença existente entre os sujeitos integrantes do seletivo grupo. Apesar de estarem entre os dez maiores negociadores há um abismo entre os mesmos, como podemos observar pelo número de escravos comercializados por José F. de Mesquita e José Lourenço Dias. Uma das explicações possíveis para esta imensa distância está na frequência destes dois negociantes neste mercado, ou seja, enquanto Mesquita se envolveu em 33 operações de grandes remessas no período de 1813 a 1830, Lourenço Dias se lançou por 10 vezes neste tipo de empreendimento entre 1819 e 1830.¹¹ Este fato mostra que embora diversos comerciantes tenham se aventuraram no tráfico de escravos para Minas Gerais, eram poucos os detentores de recursos suficientes para se manterem por um bom tempo neste trânsito.

Levando em conta estas constatações, promoveremos neste instante o resgate de algumas relações dos três maiores negociantes de escravos envolvidos nos despachos para a província mineira. Novamente devemos salientar que não estamos abordando todas as

¹¹ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA).

relações destes indivíduos na praça mercantil carioca, pois certamente estiveram presentes em remessas de menor porte ou até mesmo em negociações de mão-de-obra escrava para outras regiões do Brasil.

Sendo assim, podemos começar com o caso de José Francisco de Mesquita. Nascido em Congonhas do Campo na capitania de Minas Gerais, Mesquita foi para o Rio de Janeiro e ali se empregou na casa comercial de seu tio, um abastado comerciante.¹² Além de enviar diversos cativos para Minas Gerais, vendeu e foi fiador de muitos tropeiros despachantes. Mesquita tinha também agentes que enviavam cativos em seu nome, como é caso de Antônio Francisco Ferreira, que em 12 de junho de 1813 partiu para Minas com 41 escravos, sendo onze acompanhantes da tropa e outros 30 remetidos por José Mesquita.¹³

Em 23 de janeiro de 1826 despachou para o território mineiro 76 escravos, seu abonador na ocasião foi Francisco Antônio da Gama, três meses depois enviara mais 44 almas sendo afiançado pelo mesmo indivíduo. No dia 11 de dezembro do mesmo ano, Mesquita foi abonador de José Joaquim Monteiro de Barros e oito dias depois ele mesmo despachou 80 cativos! No ano de 1827, remeteu outras 42 almas e um fato curioso, ele mesmo aparece como seu fiador. Fato este que não é estranho, pois para poder despachar escravos era necessário ter como fiador um mercador estabelecido na praça,¹⁴ como Mesquita residia no Rio de Janeiro, provavelmente na ocasião o mesmo não necessitou de um abonador, demonstrando, assim, o seu prestígio no meio mercantil carioca.

Já em 1828, novamente aparece afiançando José Joaquim Monteiro de Barros, o que pode ser uma demonstração de uma relação bem próxima entre os dois. Dito de outro modo, este episódio, quiçá, seja uma amostra de relação entre sócios, na qual infelizmente não pode ser comprovado por não ter em mãos outras fontes. Além disso, Filipe Themudo Barata nos ensina que ser fiador não necessariamente implica uma relação de sociedade.¹⁵

Dando prosseguimento, Mesquita envia mais 44 cativos em fevereiro de 1829 e foi abonado outra vez por Francisco Antônio da Gama, o que poderia também ser um indício de uma relação entre sócios.¹⁶ No entanto, a possibilidade é mínima, pois além de Gama ter abonado a maior parte dos sujeitos idos para outras regiões do país, aparece registrado como funcionário da Intendência de Polícia da Corte.

¹² LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 89.

¹³ Códice 421, v. 3, p. 83, registro 488.

¹⁴ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., p. 67.

¹⁵ BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 249.

¹⁶ Códice 421, v. 21, p. 267v, registro 39.

Por fim, de outubro de 1829 até maio de 1830, Mesquita vendeu cativos novos para Francisco Martins Marques, José Ferreira Franco, José Ferreira Carneiro, Jerônimo de Arantes Marques e José Joaquim Monteiro de Barros, fornecendo, respectivamente, 50, 42, 176, 58 e 139 escravos.¹⁷ É possível notar, então, nos anos de 1826 e 1830, o fato de Mesquita e Monteiro de Barros ter mantido, aparentemente, uma relação nada impessoal na praça mercantil carioca e ainda, pode-se dizer que este vínculo íntimo teria sido fundamental para José Joaquim – personagem a ser destacado adiante – conseguir remeter 244 cativos neste período.

Na situação de José Antônio Moreira, não foi possível resgatar nenhuma informação de ordem pessoal (moradia, naturalidade e etc.), pois não há registros de seu nome nos passaportes – documento no qual privilegia este tipo de informação – ao longo do período em questão. Em compensação, sabemos que foi abonador de Vicente Ferreira da Silva, Manoel Rodrigues Valinho e Antônio José Fernandes respectivamente em 1826 e nos dias quatro e onze de setembro de 1827.¹⁸ Em julho e novembro de 1829 enviou em cada remessa 50 cativos e no mês de dezembro do mesmo ano, despachou outros 53.¹⁹ Em 1830, influenciado, quiçá, pelo fim do tráfico Atlântico – situação na qual gerou um desembarque desenfreado de africanos²⁰ - Moreira remeteu para Minas Gerais nos meses de fevereiro, março e dezembro nada mais do que 159, 133 e 40 escravos respectivamente. Nestas situações, Francisco Antônio da Gama foi seu abonador em todos os despachos.

Ainda em 1830 encontramos um fato muito interessante nos registros de Moreira. No dia 26 de março deste ano comprou 133 escravos novos em remessa de Cabinda,²¹ ou seja, pelos indícios, este período de alta especulação no comércio Atlântico teria estimulado José Antônio Moreira a se aventurar de forma ousada neste setor, entretanto, não teria realizado este empreendimento sozinho.²² Identificamos no mês de abril sua participação numa venda de 140 cativos novos para Bernardo José Ferreira Rabelo em sociedade com Basto Álvares de Oliveira Pereira, José da Costa Rodrigues e Joaquim Antônio Ferreira.²³ Em 1828, Moreira tinha, ainda, vendido 50 almas para este mesmo sujeito. Nota-se também neste caso, uma ligação freqüente entre José Moreira e Bernardo Rabelo, o que nos remete a pensar

¹⁷ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional.

¹⁸ Códice 424 do Arquivo Nacional.

¹⁹ Códice 421, v. 22, p. 129, registro 224.

²⁰ FLORENTINO, Manolo. Op. cit, passim.

²¹ Códice 424, v. 4, p. 104, s/r

²² Manolo Florentino afirma que a apesar da especulação ter um papel estrutural no tráfico de escravos, o período de 1790-1830, especialmente depois da abertura dos portos, mostrava-se altamente propício a este tipo de prática. FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 152.

²³ Códice 424, v. 4, p. 124, s/r.

novamente o quanto foi importante para Rabelo este vínculo, pois dos 306 cativos despachados para Minas, 190 foram comprados de José Antônio Moreira.²⁴

Passemos agora para o personagem Joaquim Antônio Ferreira, cujas informações pessoais também não foram identificadas. Sabemos que em 1826 e 1827 atuou somente como fiador nas remessas acima de 20 escravos, abonando nada mais, nada menos do que 13 tropeiros, quais sejam: João da Silva Torres, Francisco Teixeira Guedes, João Caetano da Costa, Luis Augusto Soares de Castro, José Gonçalves Moreira, Jerônimo de Arantes Marques, José Agostinho de Abreu, Joaquim José de Castro, Domingos Ribeiro do Vale, Joaquim de Almeida Leite, Joaquim Antônio de Abreu, José Teodoro de Araújo e Francisco de Paula Correia, no total foram despachados 510 escravos para Minas.²⁵ Em algumas ocasiões Ferreira atestou em conjunto com outros negociantes, como no despacho de 30 escravos realizado por Joaquim Antônio de Abreu em 12 de dezembro de 1827. Neste dia Ferreira abonou o dito tropeiro juntamente com Francisco Xavier Dias da Fonseca.²⁶

Como despachante Joaquim atuou por três vezes, em 1824, 1828 e 1830 enviando, nesta ordem, 23, 40 e 41 cativos para Minas.²⁷ Dentre as vendas que realizou, já citamos a comercialização de 140 cativos em conjunto com José Antônio Moreira e além dessa, outras duas nos despertou: a negociação com o Padre José Antônio da Silva, onde Luis José da Costa e a Companhia Viúva Carmo e Filho também participaram na venda de 38 cativos para o sacerdote em 1829 e o fornecimento de 39 cativos para o Reverendo José Antônio de Sá em março de 1830.²⁸

Com isso, diante da exposição das relações de José Francisco de Mesquita, José Antônio Moreira e Joaquim Antônio Ferreira é possível notar o quanto estes indivíduos eram influentes no tráfico de escravos para Minas Gerais no início do século XIX, atuando intensamente – ou como abonadores, ou vendedores ou despachantes – nas remessas acima de 20 cativos. Não por acaso, sabemos, de maneira geral, que deste três, Mesquita e Ferreira figuravam como os mais importantes negociantes de grosso trato da praça mercantil carioca, ou seja, eram “empresários” que, simultaneamente, estavam envolvidos em grandes empreendimentos de diferentes ramos do trato comercial.²⁹ Cruzando seus nomes com a lista de João Fragoso e Roberto Ferreira, acerca dos maiores vendedores de escravos do Rio de

²⁴ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional.

²⁵ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional

²⁶ Códice 424, v. 2, p. 88, s/r.

²⁷ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional.

²⁸ Códice 424, v. 4, p. 108, s/r.

²⁹ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., p. 60.

Janeiro, constatamos que José de Mesquita e Joaquim Ferreira foram os dois maiores fornecedores entre os anos de 1825 e 1830, juntos venderam mais de 2000 cativos!³⁰ Além disso, estes negociantes estavam inseridos também no tráfico Atlântico.³¹

Podemos adicionar ainda que José Francisco de Mesquita, além de ter atuado nos negócios envolvendo escravos, comprava também algodão e outros gêneros de Minas Gerais.³² Para além, chegou a receber de D. João VI uma comenda da Ordem de Cristo, devido a um *“bom serviço que prestou realizando em moeda os bilhetes do Banco aos tropeiros da Carreira de Minas Gerais, para que não decaísse de sua atividade o comércio que existe entre a capital e aquela província.”*³³

Portanto, as considerações enunciadas nestes três casos nos levaram a elaboração de uma hipótese, a saber: os liames mercantis estabelecidos entre estes indivíduos no tráfico de escravos para Minas Gerais nos anos de 1809 a 1830, talvez, tenha contribuído para o legado de um dos principais traços estruturais desta prática mercantil, *a concentração*. Diante do processo de abertura dos portos e de extinção do tráfico Atlântico na década de 1820, possivelmente, os tropeiros envolvidos com os três personagens preeminentes, conseguiram – com maior facilidade em relação aos outros comerciantes – acessos a créditos vultosos para viabilizarem grandes remessas num espaço curto de tempo, como mostramos no caso da ligação entre José Francisco de Mesquita e José Joaquim Monteiro de Barros. Não podemos nos esquecer, também, que estamos diante de um mercado pré-industrial onde as leis da oferta e da procura nem sempre se mostraram operante, ou ainda nas palavras de João Fragoso, *“estamos diante de um mercado restrito, característico de economias não-capitalistas.”*³⁴

Finalmente, a presença de José Francisco de Mesquita e Joaquim Antônio Ferreira no tráfico Atlântico de escravos nos remetem outra conjectura elaborada por João Fragoso e Roberto Ferreira: além dos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro terem controlado o comércio internacional de almas, estavam envolvidos na redistribuição de africanos na região centro-sul do Brasil, por sua vez, os autores sugerem também que esses empreendedores eram os principais responsáveis pela reiteração das economias escravistas nestes territórios.³⁵

³⁰ Idem, p. 64.

³¹ FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 254.

³² LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 84.

³³ Arquivo Nacional. Graças honoríficas. Documentos de 31 de maio de 1819. Códice 15, v. 7, fl. 36. Apud. Idem, p. 85.

³⁴ FRAGOSO, João L. R. Op. cit., p. 181.

³⁵ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., pp. 56-65.

As famílias da Zona da Mata no tráfico de escravos para Minas Gerais

Alcir Lenharo mostrou que na primeira metade do século XIX, os proprietários do Sul de Minas tinham suas próprias tropas e, em geral, faziam uso do trabalho dos seus filhos tropeiros. Com base nos relatos do viajante Saint-Hilaire, Lenharo constatou que as tropas mineiras constituíam uma extensão de suas bases familiares fundamentadas no trabalho dos filhos.³⁶

Embora o cenário apresentado pelo autor esteja se referindo ao comércio de abastecimento entre esta região e o Rio de Janeiro, é possível, também, detectar no tráfico de escravos para Minas Gerais a atuação de membros da mesma família no início do século XIX. Deste modo, iremos neste item destacar alguns dos principais personagens de famílias tradicionais da Zona da Mata mineira que se lançaram nesta atividade mercantil e suas relações com importantes negociantes do Rio de Janeiro.

Devemos destacar que este estudo foi viabilizado por meio do cruzamento dos nomes de famílias registrados nos códices 421 e 424 com os inventários *post-mortem* e referências bibliográficas. Ao mesmo tempo, é fundamental ressaltarmos aqui os limites desta pesquisa, pois com já foi dito, não disponibilizamos de um conjunto de fontes para uma ampla reconstituição das articulações sócio-econômicas dessas famílias ou de seus principais personagens. Na tabela 2, segue a relação das famílias e de seus integrantes envolvidos nas grandes remessas (acima de 20 escravos) para Minas no período de 1809 a 1830.

Em primeira instância, percebe-se que foi nas famílias Ferreira Armond e Leite Ribeiro onde identificamos o maior número de membros participando dos despachos acima de 20 escravos no Rio de Janeiro, enquanto a primeira família negociou 917 escravos a segunda realizou a operação de 668 almas. Em seguida, temos a família Monteiro de Barros que negociou 567 cativos e por fim, as famílias Silva Pinto e Dias Tostes, as quais foram responsáveis pelo envio de 99 e 96 escravos respectivamente.

De maneira geral, sabemos que os membros destas famílias se instalaram na Zona da Mata mineira no início do século XIX em diferentes municípios. Francisco Leite Ribeiro, por exemplo, se fixou junto com seu irmão Custódio Leite Ribeiro, Barão de Aiuruoca, em Mar de Espanha, localizada na porção sul da região em foco. Já os Tostes e os Ferreira Armond ocuparam as terras de Santo Antônio do Paraibuna (atual Juiz de Fora) na mesma época,

³⁶ LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 79.

enquanto os Monteiro de Barros, se estabeleceram em Leopoldina.³⁷ Todas estas famílias vieram do Termo de São João Del Rei (Leite Ribeiro, Silva Pinto e Monteiro de Barros) e do Termo de Barbacena (Ferreira Armond e Dias Tostes).³⁸ Embora estes grupos familiares tenham se estabelecido em locais diferentes, todos ocuparam as terras da Zona da Mata da mesma forma, ou seja, por meio de doações de sesmarias, nas quais foram transformadas em latifúndios e onde a cafeicultura predominava.³⁹

Tabela 2: Relação das famílias da Zona da Mata e seus integrantes no tráfico de escravos para Minas Gerais (remessas acima de 20 cativos), 1809-1830

<i>Famílias</i>	<i>Números de escravos negociados</i>
Família Ferreira Armond	917
Marcelino José Ferreira Armond	337
Honório José Ferreira Armond	195
Simplício José Ferreira Armond	133
Mariano José Ferreira Armond	83
Lino José Ferreira Armond	70
Joaquim José Ferreira Armond	60
Antônio José Ferreira Armond	39
Família Leite Ribeiro	668
Antônio Leite Ribeiro	187
Floriano Leite Ribeiro	177
Francisco Leite Ribeiro	157
Luciano Leite Ribeiro	147
Família Monteiro de Barros	567
Romualdo José Monteiro de Barros	289
José Joaquim Monteiro de Barros	278
Silva Pinto	99
José Antônio da Silva Pinto (Barão de Ibertioga)	99
Família Dias Tostes	96
Antônio Dias Tostes	96

Fonte: Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA) e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit., pp. 273-274.

Na família Ferreira Armond, foi possível identificarmos que quase todos os membros ligados ao tráfico de escravos são compostos por irmãos. Marcelino, Simplício, Mariano, Lino, Joaquim e Antônio são filhos do Alferes Francisco Ferreira Armond e de Felizarda

³⁷ CARRARA, Ângelo A. *A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói: UFF, 1993, pp. 35-36. (dissertação de mestrado).

³⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit., p. 273.

³⁹ CARRARA, Ângelo A. op. cit., p. 36.

Maria Francisca de Assis. Além desses, Francisco deixou outros seis filhos quando de seu falecimento em 1814. Trata-se de uma família tradicional do Termo de Barbacena que neste ano residia na fazenda denominada Moinhos.⁴⁰

Marcelino Ferreira Armond era, além de ser o membro da família com maior número de escravos comercializados na praça carioca (337), um dos negociantes entre os dez principais nas remessas acima de 20 escravos (tabela 1), destacando-se, assim, como um personagem importante neste fluxo mercantil.

Envolvido desde 1816 nos grandes despachos, negociou a compra de escravos em duas oportunidades com Antônio José Moreira Pinto, uma em 1828, quando adquiriu 62 cativos e a outra em 1829, na aquisição de 70 almas, ou seja, em dois anos, Moreira Pinto vendeu 132 escravos para Marcelino.⁴¹ Para se ter uma idéia, Antônio José era um importante negociante de grosso trato estabelecido no Rio de Janeiro e estava ligado ao tráfico Atlântico,⁴² sobressaindo-se, por sua vez, como um dos maiores vendedores de escravos na praça carioca.⁴³ Não por acaso, assim como Marcelino, Moreira Pinto estava entre os dez maiores negociantes do tráfico para Minas (tabela 1).

O mais interessante dessas relações é o fato de Antônio José Moreira Pinto não ter negociados escravos somente com Marcelino, mas com os outros componentes dos Ferreira Armond. Em 12 de dezembro de 1826, o dito afiançou Simplício no despacho de 93 escravos para Minas,⁴⁴ dois anos depois também abonou Honório na remessa de 35 almas,⁴⁵ em 1829 vendeu 60 cativos para Joaquim José⁴⁶ e no ano de 1830 vendeu mais 38 para Lino José.⁴⁷ Temos, então, uma constante conexão mercantil entre os Ferreira Armond e Antônio José Moreira Pinto, ligação na qual contribuiu, provavelmente, para o papel de destaque desta família no tráfico de escravos para Minas Gerais no início do século XIX.

Na família Leite Ribeiro, um personagem ilustre que se destaca é o Comendador Francisco, natural de São João Del Rei e como já foi dito, residente em Mar de Espanha. Descendente de uma importante linhagem de fazendeiros, criadores e negociantes, Francisco Leite Ribeiro era proprietário de diversas sesmarias em seu nome e em nome de familiares seus. Todos os seus 12 filhos estiveram profundamente articulados às atividades de

⁴⁰ Inventário *post-mortem* – AHMPAS - 2º vara civil - cx. 20 - ordem, 18.

⁴¹ Códice 424, v. 2, p. 266, s/r e Códice 424, v. 3, p. 118, s/r.

⁴² FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p.256.

⁴³ FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., pp. 60-65.

⁴⁴ Códice 424, v. 1, p. 122, s/r.

⁴⁵ Códice 424, v. 2, p. 129 s/r.

⁴⁶ Códice 424, v. 3, p. 170 v s/r.

⁴⁷ Códice 424, v. 4, p. 120 s/r.

comercialização entre São João Del Rei e a Corte, como também à produção e, principalmente ao financiamento do café.⁴⁸ Ao falecer em 1847, seu patrimônio acumulado foi, basicamente, de 225 escravos, 140 mil pés de café e 47 bestas de cargas, além do monte mor líquido de mais de mil contos de reis (RS 1.087:024\$203).⁴⁹ Francisco ao longo de sua vida demonstrou ser um empreendedor de múltiplos investimentos, no tráfico de escravos para Minas Gerais, especificamente, o identificamos em três ocasiões remetendo acima de 20 escravos nos anos de 1829 e 1830, neste período Francisco enviou para Minas 157 escravos.⁵⁰ Dentre estes despachos, nos chama atenção sua negociação com Francisco Xavier Dias da Fonseca, onde este último lhe vendeu 80 escravos em março de 1830.⁵¹ Dias da Fonseca era um negociante de grosso trato que se destacava também como um dos maiores vendedores de escravos no Rio de Janeiro,⁵² além de estar entre os dez maiores negociantes do tráfico de escravos para Minas (tabela 1).

Podemos destacar ainda, a negociação entre parentes desta família. Em maio de 1828, Luciano Leite Ribeiro e Companhia vendeu 50 escravos para Antônio Leite Ribeiro, cujo abonador foi Francisco Antônio da Gama.⁵³ Percebe-se neste fato, que as constantes empreitadas deste grupo familiar na praça mercantil carioca, talvez, levaram os integrantes da própria família a se estabelecerem no Rio de Janeiro – como é caso da companhia de Luciano – com intuito de fortalecer e expandir suas conexões mercantis, ou ainda, adquirir certa independência nos negócios, evitando, assim, a presença de atravessadores.⁵⁴

Sobre a família Monteiro de Barros sabemos que conseguiu a apropriação de um vasto patrimônio agrário em Leopoldina no ano de 1818, cuja distribuição foi facilitada pela presença de alguns de seus membros importantes nos cargos mais altos do governo da capitania e depois província de Minas Gerais. Dentre eles está Romualdo José Monteiro de Barros, Barão de Paraopeba, membro da segunda Junta do Governo Provincial.⁵⁵

⁴⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit., p. 87.

⁴⁹ Idem, p. 88 e CARRARA, Ângelo A. op. cit., p. 35.

⁵⁰ Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional.

⁵¹ Códice 424, v. 4, p. 72, s/r.

⁵² FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto. Op. cit., pp. 60-65.

⁵³ Códice 424, v. 2, p. 229, s/r.

⁵⁴ Alcir Lenharo destaca a preferência dos proprietários por pessoas da mesma família na montagem de tropas para o comércio de abastecimento, evitando, portanto, a manipulação de intermediários nos preços finais dos produtos. LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 80.

⁵⁵ CARRARA, Ângelo A. op. cit., pp. 36-37.

José Joaquim Monteiro de Barros, que em 1816 aparece no Rio de Janeiro registrado com o título de tenente,⁵⁶ também se beneficia destas concessões neste momento, sendo contemplado com uma sesmaria.⁵⁷

No item anterior, já enunciamos que José Joaquim manteve constantes relações com o negociante de grosso trato José Francisco de Mesquita. Nas quatro ocasiões em que José Joaquim remete mais de 20 escravos, Mesquita atua em três, ou como abonador ou vendedor, dito de outro modo, dos 278 cativos negociados pelo Tenente, José Francisco aparece na negociação de 244 escravos!⁵⁸

Por último, temos a família encabeçada por Antônio Dias Tostes, nome este herdado desde a geração de seu avô, um português natural da Ilha Terceira do bispado de Braga e que se estabeleceu em Santa Rita de Ibitipoca em 1745.⁵⁹ Dias Tostes era um proprietário de terras e foi um dos primeiros a ocupar as fronteiras da Zona da Mata mineira. Fazia parte do grupo dos maiores credores da região e era detentor de enorme prestígio político.⁶⁰ No Rio de Janeiro fez negócios com o famoso José Francisco de Mesquita e Constantino Dias Pinheiro, também traficante de escravos no périplo entre África e o Rio de Janeiro.⁶¹

No dia 18 de Janeiro de 1830, Mesquita, juntamente com Joaquim Antônio Rabelo, vendeu 20 escravos para Antônio Tostes.⁶² Três dias depois Tostes comprou mais 20 cativos de Constantino Dias Pinheiro,⁶³ adquirindo outros 34 de Mesquita menos de três meses depois desta última operação.⁶⁴

Assim, em face do quadro esboçado, acreditamos ser digno de nota expor duas constatações: primeiro, as conexões mercantis entre as famílias de alta estirpe da Zona da Mata mineira e importantes negociantes de grosso trato da praça mercantil carioca contribui, ainda que parcialmente, para o fortalecimento da concepção acerca ligação da economia mineira com o tráfico Atlântico de escravos nos primeiros decênios do século XIX.

Segundo, essas ligações mostram também a importância dos traficantes cariocas para as famílias mineiras que estão iniciando a montagem das “empresas” agro-exportadoras, leia-se café.

⁵⁶ Códice 421, v. 7, p. 179 v, r. 1028.

⁵⁷ CARRARA, Ângelo A. op. cit., pp. 36-37.

⁵⁸ Códice 421 e 424 do Arquivo Nacional.

⁵⁹ BASTOS, Wilson de Lima. *Caminho Novo: a espinha dorsal de Minas*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004, p. 129.

⁶⁰ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit., p. 167.

⁶¹ FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p.255.

⁶² Códice 424, v. 4, p. 27, s/r.

⁶³ Códice 424, v. 4, p. 28, s/r.

⁶⁴ Códice 424, v. 4, p. 114, s/r.

Contudo, Mônica Ribeiro de Oliveira mostra que o processo de expansão e constituição da cafeicultura da Zona da Mata mineira não foi uma mera decorrência da ampliação da fronteira fluminense, ou seja, dentro de uma dinâmica própria a implantação do café nesta região não se deu nos moldes do processo registrado em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde a mutação do capital mercantil em capital agrário, proveniente dos negociantes de grosso trato, foi a principal “força motriz” da cafeicultura da região do Vale fluminense.⁶⁵ Enfim, para a autora, não se observou a presença de investimentos de agentes comerciais do Rio de Janeiro nas fazendas de café da Mata mineira: “A origem das empresas cafeiras da Mata prendia-se a investimentos originários da economia mercantil de alimentos, provenientes não da Mata, mas de outras sub-regiões, tradicionalmente vinculadas ao abastecimento da Corte.”⁶⁶

Pois bem, tivemos a oportunidade de verificar que, quase todas as famílias pertencentes à futura elite cafeicultora da Zona da Mata⁶⁷ tiveram pelo menos um membro envolvido em grandes despachos de cativos (acima de 20 remessas) junto a importantes negociantes envolvidos no tráfico Atlântico de escravos. Portanto, por mais que se confirme a presença de capitais advindos de outras regiões mineiras no estabelecimento da cafeicultura da Mata, seria interessante não descartarmos, mesmo que de forma indireta, a presença de capitais da praça mercantil carioca neste processo.

Se considerarmos que: 1) muitas das operações observadas, provavelmente não se concretizaram com dinheiro sonante e 2) as relações de crédito deveriam ser fundamentais para aquisição de um grande número de escravos, principalmente, se levarmos em conta o fato do mercado colonial possuir uma precária capacidade de liquidez⁶⁸, temos, portanto, a possibilidade de muitas dessas famílias terem iniciado a formação de seus plantéis – principal inversão de um proprietário na sociedade escravista – com o crédito fornecido por negociantes do Rio de Janeiro.

⁶⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit., p. 90.

⁶⁶ Idem, p. 91.

⁶⁷ A listagem das principais famílias do núcleo agrário-cafeicultor da região está em Idem, p. 273.

⁶⁸ FRAGOSO, João L. R. op. cit., p. 184.

Bibliografia

Fontes Primárias

Códices 421 e 424 do Arquivo Nacional (Disponível no banco de dados do IPEA, CD-ROM).
Inventários *post-mortem* da 1º e 2º vara civil do Arquivo Histórico Municipal de Barbacena Professor Altair Savassi (AHMPAS).

Livros, teses e fontes impressas.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói: UFF, 1994.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Niterói: UFF, 2001 (tese de doutorado).

BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

BASTOS, Wilson de Lima. *Caminho Novo: a espinha dorsal de Minas*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII v. 2: Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARRARA, Ângelo A. *A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói: UFF, 1993, pp. 35-36. (dissertação de mestrado).

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia, c. 1790- c.1840*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João e FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despacho de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833*. Seminário de História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Ouro Preto: ANPUH-MG, 2001.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002.

- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH/ÚNICAMP, outubro, 1983.
- MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral. *História econômica da independência ao império*. São Paulo, ed. HUCITEC, 1996.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da devassa: a Inconfidência mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
- PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007, pp. 97-100 (dissertação de mestrado inédita).
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.